

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Vivemos momentos difíceis provocados pela crise pandémica que atinge todas as pessoas.

Contudo, segundo o Secretário-Geral das Nações Unidas, os impactos sociais e económicos da crise nas mulheres são muito preocupantes, como é bem demonstrado no Relatório “O Impacto da Covid-19 nas mulheres” da ONU. Aí se realça a quebra nos empregos remunerados, o trabalho de assistência não remunerado, sobretudo a carga das mulheres, que aumentou exponencialmente em resultado do encerramento das escolas e do aumento das necessidades com a população idosa.

Quase 60% das mulheres em todo o mundo trabalham na economia informal, pelo que os seus rendimentos estão a diminuir, economizam menos e correm maior risco de cair em situação de pobreza.

O relatório mostra também que a pandemia pode aprofundar as desigualdades de género, com o aumento ou o silenciamento das situações de violência doméstica, sendo que muitas vítimas vivem agora em casa com o agressor com medo de pedir ajuda.

O Secretário-Geral da ONU salienta ainda a importância da Igualdade de género e dos direitos das mulheres para superar esta pandemia: “a Covid-19 está não apenas a desafiar os sistemas globais de saúde, mas a testar a nossa humanidade comum”.

De acordo com a OMS, as mulheres estão representadas de forma desproporcionada em profissões onde a exposição ao vírus é elevada, tais como enfermeiras, auxiliares de lares de pessoas idosas, hospedeiras, operadoras de caixa de supermercado, professoras e trabalhadoras do setor dos serviços.

Em casa, as mulheres também enfrentam dificuldades acrescidas, dado que asseguram a maioria das tarefas domésticas e do trabalho de cuidado não remunerado.

Estudos recentes realizados pelo Colabor – ISCTE sobre trabalho e desigualdades em confinamento, perda de rendimentos e transição para o teletrabalho, dão conta de que as velhas assimetrias de género se reproduzem e aumentam no que diz respeito à distribuição do trabalho doméstico e de cuidado às crianças, havendo também mais mulheres que homens em assistência à família e em *layoff*, “o recurso ao *layoff* atinge números inimagináveis, podendo-se falar de um aumento vertical.

Há, neste momento, 940 mil trabalhadores potencialmente em *layoff* e perto de 70 mil empresas já recorreram à medida. “Na verdade, o risco de desemprego que se coloca em relação a estes trabalhadores também se coloca, porventura até de forma mais veemente, no caso dos trabalhadores independentes com inserções no mercado de trabalho mais precárias: a 13 de abril, cerca de 145 mil tinham pedido de acesso à medida extraordinária de redução da atividade económica de trabalhador independente”.

Refere ainda o estudo que os trabalhadores que recebem até mil euros por mês são os mais afetados. Tal facto reforça também as desigualdades de género, uma vez que as mulheres ganham em média menos 18% que os homens por trabalho de valor igual e são as maiores beneficiárias do rendimento mínimo nacional.

De salientar ainda que uma das medidas, pedidas pela ONU e por diversas ONG europeias e nacionais promotoras de Igualdade, é a integração da perspetiva de género nas medidas promovidas pelos governos para combater a crise pandémica.

Por outro lado, Portugal é Estado Parte nos principais instrumentos internacionais vinculativos em matéria de eliminação da discriminação das mulheres e de defesa e promoção dos seus direitos humanos, e a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação – Portugal + Igual 2018-2030 defende o *mainstreaming de género* em todos os domínios de ação política para se corrigirem desigualdades estruturais e concretizar o princípio da Igualdade e não discriminação.

Não podemos deixar de reconhecer o conjunto de medidas de apoio económico e social que, logo desde o início da pandemia, o Governo aprovou para proteger empregos, rendimentos das famílias e evitar a destruição das empresas, nomeadamente, linhas de crédito, suspensão do prazo de caducidade dos contratos de arrendamento, regime excecional de faltas justificadas para trabalho motivadas por assistência à família, apoio excecional de trabalhadores pelo encerramento de Escolas, apoios à manutenção dos postos de trabalho em teletrabalho, apoio aos trabalhadores para ficarem com os filhos em casa, regime de *lay-off*, entre muitas outras.

Assim, atendendo ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, as Deputadas do Partido Socialista signatários da presente vêm por este meio dirigir ao Governo, através da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social as seguintes perguntas:

- **Existem dados desagregados por sexo relativamente aos trabalhadores abrangidos pelas medidas adotadas pelos Governo para reduzir o impacto social e económico da crise pandémica, nomeadamente: trabalhadores/as em lay-off; em apoio para ficarem com os filhos e em teletrabalho?**
- **Se sim, solicitamos o envio dos dados.**
- **Se não, perguntamos se pensa o Governo integrar essa desagregação por sexo e quando?**

Palácio de São Bento, 11 de maio de 2020

Deputado(a)s

ELZA PAIS(PS)

EDITE ESTRELA(PS)

CATARINA MARCELINO(PS)

ISABEL RODRIGUES(PS)

ALEXANDRA TAVARES DE MOURA(PS)

CRISTINA MOREIRA(PS)